

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateo Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

**De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateo Tuñón Albertos**

**From Spain to Mexico. The passage of refugees through Portugal in the context of the Spanish Civil War: the case of Mateo Tuñón Albertos**

**De l'Espagne au Mexique. Le passage des réfugiés à travers le Portugal dans le contexte de la guerre civile espagnole: le cas de Mateo Tuñón Albertos**

**De España a México. El paso de refugiados por Portugal en el contexto de la Guerra Civil española: el caso de Mateo Tuñón Albertos**

Fábio Alexandre Faria  
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa  
fabio\_faria@iscte-iul.pt

**Resumo:** Este artigo analisa a presença de refugiados em Portugal no contexto da guerra civil de Espanha e da instauração do regime franquista, facilitada pela proximidade geográfica. Receoso do contacto com o exterior, o regime salazarista desenvolveu uma repressão dirigida a estes refugiados, considerados indesejáveis, procurando impedir que se estabelecessem definitivamente no país. Aborda-se o caso de Mateo Tuñón Albertos, a partir da sua obra memorialista, cruzada com outras fontes documentais e bibliográficas. Chegado ao país depois da guerra civil, exemplifica a realidade vivida por muitos refugiados, experienciando as dificuldades que se lhes colocaram para sobreviver e sair do país com destino ao México.

**Palavras-chave:** Refugiados, repressão, Guerra Civil de Espanha, salazarismo.

**Abstract:** This article analyzes the presence of refugees in Portugal in the context of the Spanish civil war and the establishment of the Franco's regime, facilitated by geographical proximity. Afraid of contact with the outside world, the Salazar's regime developed a repression aimed at these refugees, considered undesirable, seeking to prevent them from settling definitively in the country. Crossing the memorialist work of Mateo Tuñón Albertos with other documental and bibliographic sources this article deals with the case of Mateo Tuñón Albertos, who arrived in Portugal after the civil war, which exemplifies the reality experienced by many refugees, and the difficulties they faced to survive and leave the country bound for Mexico.

**Keywords:** Refugees, repression, Spanish Civil War, salazarism.

**Résumé:** Cet article analyse la présence de réfugiés au Portugal dans le contexte de la guerre civile espagnole et de la mise en place du régime franquiste, facilitée par la proximité géographique. Craignant le contact avec le monde extérieur, le régime de Salazar a développé une répression à l'encontre de ces réfugiés, jugés indésirables, cherchant à les empêcher de s'installer définitivement dans le pays. Le croisement de l'oeuvre mémorialiste de Mateo Tuñón Albertos avec d'autres sources bibliographiques et documentales permet couvrir le cas de Mateo Tuñón Albertos, arrivé au Portugal après la guerre civile, ce qui illustre la réalité vécue par de nombreux réfugiés, éprouvant les difficultés qu'ils ont rencontrées pour survivre et quitter le pays à destination du Mexique.

**Mots clés:** Réfugiés, répression, guerre civile espagnole, salazarisme.

**Resumen:** Este artículo analiza la presencia de refugiados en Portugal en el contexto de la guerra civil española y el establecimiento del régimen de Franco, facilitado por la proximidad geográfica. Por miedo al contacto con el mundo exterior, el régimen de Salazar desarrolló una represión dirigida a estos refugiados, considerados indeseables, buscando evitar que se instalen definitivamente en el país. El cruce de la obra memorialista de Mateo Tuñón Albertos con otras fuentes bibliográficas y documentales nos permite cubrir el caso de Mateo Tuñón Albertos, quien llegó al país luego de la guerra civil, que ejemplifica la realidad vivida por muchos refugiados, viviendo las dificultades que enfrentaron para sobrevivir y salir del país rumbo a México.

**Palabras clave:** Refugiados, represión, Guerra Civil Española, Salazarismo.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

## Introdução

Após o golpe militar de 18 de julho de 1936, que opôs o grupo revoltoso liderado pelo general Francisco Franco ao governo legítimo da Frente Popular, eleito em fevereiro do mesmo ano e liderado por Manuel Azaña, inúmeros espanhóis abandonaram apressadamente as suas residências em direção a novos países com o intuito de salvar a vida<sup>1</sup>. Em virtude da proximidade geográfica e de relações já anteriormente estabelecidas<sup>2</sup>, Portugal foi um dos primeiros países a receber estes fugitivos, movimento que se desenvolveu logo a partir dos primeiros dias do conflito e se manteve até sensivelmente ao final de 1936, diminuindo de intensidade desde então. Entre os refugiados espanhóis que chegaram a Portugal contaram-se militares e civis, homens, mulheres e crianças de todos os estratos sociais, embora tenham predominado elementos do sexo masculino com profissões ligadas ao setor primário, nomeadamente jornaleiro, lavrador, trabalhador, amolador e comerciante. Em termos geográficos, a grande maioria destes refugiados era originária de províncias fronteiriças com Portugal, como Ourense, Pontevedra, Zamora, Badajoz e Huelva. Esta situação diferiu do que se verificou, por exemplo, no México e na Argentina, onde muitos refugiados eram intelectuais, professores universitários, médicos e altos dirigentes políticos (Schwarzstein, 2001).

O final da guerra civil, em abril de 1939, não significou o fim da fuga de espanhóis para Portugal, muitos dos quais continuaram a procurar escapar à repressão franquista, escolhendo o país vizinho como ponte para alcançarem territórios além-mar, especialmente na América Latina. A partir das suas memórias, este artigo pretende analisar o percurso de um destes refugiados, Mateo Tuñón Albertos, que entrou em Portugal após o término do conflito espanhol e experienciou a realidade vivida por tantos outros fugitivos a partir de 1936. Metodologicamente, empregam-se fontes secundárias e recorre-se à obra memorialista deste protagonista.

A temática dos refugiados da Guerra Civil de Espanha já foi alvo de estudo por parte de vários autores, que analisaram o percurso destes indivíduos em alguns países europeus, como Portugal e França (Dreyfus-Armand, 2000), e na América Latina, onde

---

<sup>1</sup> Refira-se que a liderança do golpe militar conducente à guerra civil por parte de Franco se ficou a dever à morte do general José Sanjurjo, a 20 de julho de 1936, quando seguia de avião do Estoril para Espanha, verdadeiro cérebro da rebelião contra o governo da II República Espanhola.

<sup>2</sup> Sobre as relações fronteiriças no tempo longo veja-se, entre outros autores: Godinho (2011); Cunha (2006); Simões (2016).

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

se concentrou uma grande parte dos fugitivos republicanos, dadas as facilidades de integração em termos culturais e linguísticos e devido à existência de um considerável número de espanhóis aí residentes. Registaram-se diferenças no acolhimento providenciado aos refugiados republicanos espanhóis. O México, por exemplo, mostrou-se mais favorável, enquanto a Argentina colocou mais entraves e foi mais resistente à sua entrada (Ortuño Martínez, 2010; Núñez Seixas, 2006; Schwarzstein, 2001).

No caso dos refugiados da Guerra Civil de Espanha em Portugal, o assunto tem sido tratado essencialmente por historiadores e por antropólogos. Os primeiros começaram a tratar o tema na década de 1980 de forma secundária, ao analisarem as relações entre os dois países ibéricos durante o período do conflito (Delgado, 1980; Oliveira, 1987). Mais recentemente, tem-se abordado esta temática tendo como objeto de estudo o reforço da vigilância fronteiriço ocorrido ao longo da guerra civil e a presença de refugiados em vários locais (Candeias, 1997; Faria, 2017; Vaquinhas, 2015; Lopes, 2017). A Antropologia tem estudado o fenómeno com o foco na vivência das comunidades que acolheram estes refugiados, inserido num quadro mais amplo da resistência ao regime salazarista, recorrendo às memórias individuais e coletivas das populações que participaram, direta ou indiretamente, nos acontecimentos (Simões, 2016; Cunha, 2006). Estudiosos espanhóis também já se debruçaram sobre a temática, em particular Aurelio Velázquez Hernández. Este autor abordou a presença de espanhóis republicanos em Portugal durante o conflito e a sua saída para a América, em especial para o México, focando a ação de Gilberto Bosques, diplomata mexicano em território português, no pós-guerra civil, e de organismos de auxílio, como o *Unitarian Service Committee* (Velázquez Hernández, 2016; Velázquez Hernández, 2017).

O Estado Novo, oficialmente instituído em 1933, foi um regime autoritário, fechado e receoso do contacto com exterior, o que fez com que se mostrasse pouco propenso ao acolhimento de estrangeiros, especialmente quando estes eram considerados simpatizantes comunistas, vistos como elementos «indesejáveis»<sup>3</sup>. Foi um regime político repressivo e ditatorial, onde se proibiu a existência de partidos políticos, à exceção da União Nacional, e se limitavam as liberdades individuais, por intermédio do agravamento da censura e da criação da polícia política (PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do

---

<sup>3</sup> Sobre o regime salazarista veja-se, entre outros, Rosas (2015); Rosas (2019); Torre Gómez (2010).

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

Estado), em agosto de 1933 (Ribeiro, 1995). A partir de 1936, verificou-se um endurecimento do regime, motivado, numa primeira fase, pela vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha, em fevereiro, e meses mais tarde, pelo início da guerra civil. Foi neste contexto de uma maior preocupação perante a situação espanhola e com a influência que poderia ter em Portugal que foi criada, em abril, e inaugurada, em outubro, a colónia penal do Tarrafal, em Cabo Verde. Nos finais de setembro de 1936, motivada pela situação política interna, com destaque para o receio do comunismo, e pela conjuntura internacional, em especial a Guerra Civil de Espanha, foi criada a Legião Portuguesa (Rodrigues, 1996).

A sublevação militar fascista chefiada por Francisco Franco, contrária ao governo da Frente Popular, liderado por republicanos, socialistas e comunistas, rapidamente recebeu o apoio do regime salazarista, identificado com a causa nacionalista de Franco e adverso ao grupo republicano. Neste contexto, a propaganda anticomunista do Estado Novo constitui um aspeto fundamental para compreender a atmosfera política de Portugal e o receio manifestado por parte da população portuguesa relativamente aos refugiados vindos de Espanha. Ao longo da guerra civil, o aparelho de propaganda salazarista alertou a sociedade portuguesa para o perigo comunista espanhol, como se viu nos casos da revolta dos marinheiros da Organização Revolucionária da Armada, em setembro de 1936, e do atentado sofrido por Salazar, em julho de 1937, acontecimentos que foram atribuídos à influência do comunismo espanhol<sup>4</sup>.

Salazar prestou auxílio aos nacionalistas a vários níveis, contribuindo para a sua vitória definitiva em abril de 1939, nomeadamente: conivência com a passagem de homens e de armamento por território português; fornecimento de armas, munições e alimentos aos franquistas; envio de portugueses para combater nas fileiras nacionalistas; desenvolvimento de uma propaganda na rádio e na imprensa favorável aos franquistas; financiamento e concessão de créditos na banca portuguesa a favor dos nacionalistas; vigilância e entrega de refugiados republicanos a Franco (Oliveira, 1995: 50-51). Neste sentido, o comportamento do regime salazarista perante a chegada de refugiados espanhóis a Portugal deve ser entendido num contexto mais amplo de apoio fornecido ao grupo nacionalista e de oposição à corrente republicana.

---

<sup>4</sup> Sobre a propaganda em Portugal durante a Guerra Civil de Espanha, atente-se nas obras de Alberto Pena Rodríguez, nomeadamente Pena Rodríguez (2017).

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

Esta posição relativamente à política espanhola já se manifestava especialmente desde a instauração da II República em Espanha, em abril de 1931, situação que foi agravada pelo acolhimento prestado por este país aos opositores políticos portugueses ao regime salazarista, nomeadamente comunistas, anarquistas e republicanos. Entre maio de 1926, data da instauração da Ditadura Militar em Portugal, e abril de 1931, quando se implementou a II República, registou-se um maior entendimento entre os dois governos ibéricos em virtude das várias semelhanças que partilhavam. No período que decorreu de abril de 1931 a novembro de 1933, em virtude da vigência de um governo de direita com o qual o salazarismo se encontrava mais identificado, observou-se um desanuviamento da tensão nas relações e uma conseqüente aproximação entre os dois governos. Com a vitória eleitoral da Frente Popular em fevereiro de 1936, e até julho do mesmo ano, que marcou o início da guerra civil, as relações entre Portugal e Espanha deterioraram-se, agravadas pelas atividades desenvolvidas pelos exilados portugueses neste último país. Durante o período da guerra civil, o regime salazarista, preocupado com a própria sobrevivência e consolidação, empenhou-se no auxílio à causa franquista (Oliveira, 1995: 32).

A partir de 1910, as relações entre os países ibéricos complicaram-se, suavizadas entre 1923 e 1930, durante a ditadura de Primo de Rivera em Espanha, e facilitadas pelo golpe militar de 28 de maio de 1926 em Portugal que, ao compatibilizar os regimes políticos ibéricos, contribuiu para uma melhor comunicação entre ambos. Em virtude do tradicional «perigo espanhol», baseado na ideia de que Portugal poderia ser anexado por Espanha, durante a II República espanhola, o regime salazarista mostrou-se preocupado com a sua própria sobrevivência e com a manutenção da soberania nacional (Jiménez Redondo, 1993: 177). Como refere Hipólito de la Torre Gómez, “[...] O medo secular do «perigo espanhol» tinha-se tornado, desde a implantação da República em Portugal (1910), num dos condicionantes mais importantes, e com razão de ser, da política externa portuguesa.” (Torre Gómez, 2010: 45).

Na sequência do conflito espanhol, muitos espanhóis, especialmente republicanos, fugiram de Espanha com o intuito de se refugiarem em Portugal. Dada a maior proximidade ao campo nacionalista, o regime salazarista exerceu sobre estes fugitivos uma intensa repressão policial com vista a impedir a sua entrada no país e a expulsão dos que já haviam ultrapassado a fronteira luso-espanhola.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

### **Entrada e detenção de refugiados em Portugal**

Desde os primeiros momentos da guerra civil que chegaram inúmeros refugiados espanhóis à fronteira portuguesa, produzindo entradas em números elevados até sensivelmente finais de 1936. Na entrada destes refugiados em Portugal assumiram particular importância as rotas de passagem já existentes entre os países ibéricos, usadas especialmente na prática do contrabando (Lanero Táboas *et al.* 2009). Segundo César Oliveira, a fuga destes espanhóis foi motivada por três grandes situações: a ocorrência de combates entre nacionalistas e republicanos e a consequente ocupação de localidades por parte dos primeiros; a repressão exercida pelas franquistas contra os apoiantes e simpatizantes da República; a fuga à convocação militar (Oliveira, 1987: 156). O grupo de refugiados que chegou a Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha era constituído por elementos civis e militares que se encontravam comprometidos politicamente e por outras pessoas que não manifestavam qualquer simpatia política e que, simplesmente, pretendiam fugir aos perigos da guerra.

Dulce Simões destacou a existência de quatro grandes fluxos de refugiados para Portugal entre julho e setembro de 1936, ocorridos no Norte e no Alentejo e motivados pela ocorrência de combates nas povoações fronteiriças e pelas ocupações franquistas (Simões, 2016: 198-199). Ángel Rodríguez Gallardo, que se ocupou do estudo do movimento de refugiados originários da Galiza, salientou a ocorrência de três grandes fluxos, realizados até ao final de 1936: entre julho e setembro, protagonizados pelas populações do sul da Galiza; entre outubro e dezembro, quando o exército rebelde passou a controlar toda a fronteira; a partir dos finais de 1936, com a redução significativa do número de refugiados (Rodríguez Gallardo, 2011: 4-5).

Uma vez que foi durante o segundo semestre de 1936 que se registou a entrada de um maior número de refugiados espanhóis em Portugal, também foi ao longo desses meses que o regime salazarista sentiu mais dificuldades em controlar esse movimento, fruto dos problemas que estas enfrentavam. Segundo Leone Santoro, que estudou a organização das polícias portuguesas entre 1937 e 1940, a vigilância sobre os estrangeiros e a vigilância das fronteiras não eram realizadas de forma eficaz, uma vez que estava limitada aos postos de trânsito obrigatórios, registando-se carências relativamente à vigilância exercida sobre a circulação de comboios e de veículos automóveis, sobretudo nas regiões fronteiriças, a que acrescia o reduzido número de efetivos e a má preparação

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

dos mesmos. Leone Santoro aconselhava o reforço da colaboração entre as forças policiais, nomeadamente a PVDE, a PSP, a GNR, a GF, a Polícia de Trânsito e a Polícia Marítima, e a criação de escolas de polícia, para melhorar a preparação dos efetivos da PVDE<sup>5</sup>.

Até ao final da II Guerra Mundial, a PVDE, principal instância encarregue de controlar as entradas de estrangeiros no país, contabilizava a existência de três e seis unidades de vigilância, entre delegações, inspeções, postos e subpostos, localizadas de Norte a Sul de Portugal e nas Ilhas. Devido ao facto de a maioria das entradas no país se processar por via terrestre, a esmagadora maioria destes postos, vinte e sete, encontrava-se concentrada na região fronteiriça, desde Caminha até Vila Real de Santo António. Destacando-se um aumento do seu número durante o período da guerra civil em Espanha com a criação de oito postos na zona raiana de Zebreira, Sobral de Adiça, Campo Maior, Caia, Quintanilha, Portelo, Bragança e Moura (Ribeiro, 1995: 299). Contudo, revelaram-se insuficientes para travar a entrada de refugiados no país, pelo que se assistiu a constantes solicitações para reforço dos postos, sobretudo nos meses iniciais do conflito espanhol.

Observe-se, a título de exemplo, o caso do serviço de vigilância fronteiriço desempenhado pelo Batalhão N.º 5 da GNR. A partir de 22 de julho de 1936, este Batalhão estabeleceu um serviço de vigilância que incluía catorze postos, que se encontravam localizados nos distritos de Bragança, Guarda e Castelo Branco. Nos dias seguintes, este serviço foi reforçado e melhorado devido à natureza acidentada do terreno, às grandes áreas que era preciso vigiar e à necessidade de se realizar uma fiscalização mais rigorosa e permanente em determinados pontos da fronteira. Este serviço de vigilância estava ainda dificultado pelo facto de somente 3 destes 14 postos se encontrarem efetivamente localizados na fronteira<sup>6</sup>.

Neste contexto, dadas as dificuldades que se colocavam às autoridades portuguesas, foram muitos os espanhóis que conseguiram iludir a vigilância salazarista na fronteira e entrar em território português. Quando eram capturados, estes refugiados

---

<sup>5</sup> *Repressão Política e Social no Regime Fascista* (1986), Presidência do Conselho de Ministros / Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Relatório de Leone Santoro, de 25 de abril de 1940, pp. 267-268.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ministério do Interior*, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, para o ministro do Interior, de 13 de agosto de 1936.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

eram entregues às forças nacionalistas na fronteira ou conduzidos para as prisões portuguesas (Oliveira, 1987). Posteriormente, eram expulsos de Portugal e regressavam a Espanha ou embarcavam com destino à América Latina. De acordo com este historiador, passaram pelas prisões portuguesas, incluindo delegações da PVDE e unidades militares, mais de 2.000 refugiados espanhóis, na sua maioria militares e carabineiros, registando-se um aumento do número de detidos ao longo de agosto de 1936, na sequência do ataque nacionalista a Badajoz (Oliveira, 1987: 163-164). A respeito da tomada de Badajoz, o testemunho do jornalista Mário Neves, do *Diário de Lisboa*, atesta a entrada de muitos republicanos na região do Alentejo (Neves, 1985).

O Forte de Caxias, a cadeia do Aljube, a Fortaleza de São Julião da Barra, em Lisboa, e o Forte da Graça, em Elvas, foram os locais que contaram com a presença de um maior número de refugiados republicanos durante a sua estadia em Portugal, o que, diversas vezes, levou a problemas de sobrelotação. De acordo com o Registo Geral de Presos da PVDE, instância que ficou responsável pela vigilância dos refugiados civis, que pode ser consultado no Arquivo da PIDE/DGS, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram detidos cerca de 500 espanhóis em Portugal durante o período da Guerra Civil de Espanha, maioritariamente em 1936 e 1937. O desenrolar do conflito em Espanha teve uma influência direta no aumento do número de espanhóis detidos em Portugal, uma vez que em 1935 o número de espanhóis detidos em território português não ultrapassou as quarenta pessoas<sup>7</sup>. Por outro lado, só para esse ano, um relatório da PVDE refere a expulsão de 269 estrangeiros de Portugal, maioritariamente espanhóis, italianos e alemães, o que pode indicar que o número de detenções tenha sido mais elevado<sup>8</sup>.

Para além de permanecerem encarcerados nas prisões portuguesas, muitos refugiados foram ainda concentrados em campos especiais criados para esse efeito, de que são exemplo os campos de Barrancos, no Alentejo (Simões, 2016). Na sequência de pressões internacionais, o governo português permitiu o repatriamento de cerca de 1.500 espanhóis para Tarragona, na Catalunha, a 10 de outubro de 1936, quando esta região ainda se encontrava controlada pelas forças republicanas. Muitos dos refugiados que passaram pelas prisões portuguesas conseguiram estabelecer contactos e obter a

---

<sup>7</sup> ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, Registo Geral de Presos.

<sup>8</sup> ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, N° 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938), p. 22.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

autorização necessária para seguir para a América Latina. Outros passaram por Portugal apenas em trânsito, tendo como um dos principais destinos o continente americano, a exemplo do México, que se destacou como um dos poucos países que se prontificou a acolher refugiados republicanos<sup>9</sup>.

No processo de saída de Portugal era frequente os refugiados contactarem com consulados e organizações de auxílio, o que era facilitado pelas autoridades portuguesas, uma vez que tinham interesse em que estes estrangeiros abandonassem o país. Os refugiados eram autorizados a sair das prisões, devidamente acompanhados, para encontrarem apoios e tratarem da sua saída de Portugal. A legação do México foi uma das que se destacou no auxílio proporcionado aos refugiados espanhóis em Portugal, já depois de terminar a guerra civil, sobretudo por intermédio de Gilberto Bosques, que desempenhou as funções de embaixador mexicano no país entre 1946 e 1949, contando com a colaboração do *Unitarian Service Committee* (USC). Este diplomata pretendia desenvolver um projeto em que a legação do México seria responsável pela proteção legal aos refugiados, ao passo que o USC ficaria encarregue da prestação da ajuda material. Devido a questões económicas e a entraves legais, este projeto não se concretizou da forma que Bosques ambicionava (Velázquez Hernández, 2016: 115).

Nos primeiros anos que se seguiram ao final do conflito em Espanha, houve uma colaboração próxima entre a *Junta de Ayuda a los Republicanos Españoles* (JARE) e o USC, entidades empenhadas em fazer sair de Portugal com destino ao México os refugiados que assim o solicitavam, pelo que se encontravam em estreita ligação com a embaixada mexicana. Após ter sido fundada por Indalécio Prieto em França, em julho de 1939, a JARE desempenhou um papel fundamental no processo de saída de muitos refugiados para o México, cuja atuação é possível conhecer através da consulta dos seus livros de atas<sup>10</sup>. O USC foi um organismo de auxílio estabelecido pela igreja unitária norte-americana, empenhado na ajuda aos refugiados que passavam por Portugal, financiando a sua saída e atuando em colaboração com a legação do México (Velázquez Hernández, 2017: 870).

---

<sup>9</sup> Sobre o refúgio republicano espanhol no México veja-se, entre outros, Schwarzstein (2001).

<sup>10</sup> LIVROS DE ATAS DA JARE, Livros I e II, de dezembro de 1939 a janeiro de 1941 [Consulta em 08/06/2020]. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/partes/342799/libros-de-actas-de-la-jare-342799>.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

A polícia política portuguesa sempre olhou com bastantes reservas para a atuação do USC em Portugal, dada a sua dedicação no auxílio a refugiados considerados comunistas. Após o final da II Guerra Mundial, a PIDE, que entretanto substituíra a PVDE, estabeleceu um acordo com o USC, em que este se comprometia a entregar todos os refugiados espanhóis que entrassem indocumentados em Portugal, enquanto a polícia política afirmava zelar pelo estabelecimento de residências fixas na Ericeira em vez de os colocar em prisões e repatriar. Contudo, poucas vezes estas diretrizes foram seguidas e, às dificuldades económicas sentidas pelo USC, juntou-se um novo problema criado pela PIDE, que se opunha à permanência em Portugal de estrangeiros que se encontrassem em situação irregular em trânsito para outros países. O USC acabou por encerrar a sua atividade em março de 1950 (Velázquez Hernández, 2017: 875-880). Mateo Tuñón Albertos foi um dos muitos refugiados espanhóis que entrou em Portugal e, contando com o auxílio da legação do México, conseguiu salvar-se, não sem antes ter passado pelas prisões portuguesas e contactar com muitos outros refugiados e portugueses que aí se encontravam.

### **O percurso de Mateo Tuñón Albertos em Portugal**

Mateo Tuñón Albertos, advogado, nasceu a 24 de agosto de 1912, na província espanhola de Ávila. Em Portugal, foi preso pela Diretoria da PVDE a 10 de maio de 1941 por se encontrar indocumentado e ser considerado elemento «vermelho», permanecendo detido até 19 de junho do mesmo ano, altura em que foi libertado para seguir com destino ao México a bordo do vapor *São Tomé*<sup>11</sup>. Albertos teve a companhia de Juan Company<sup>12</sup>, ambos ex-combatentes no Exército republicano, que entraram em Portugal pela região do Alentejo e seguiram para Lisboa (Tuñón Albertos, 2010). Para evitar a detenção, Mateo e Juan internaram-se clandestinamente em Portugal, contando com o auxílio de ambos os lados da fronteira: em Espanha foram ajudados por uma espanhola, que os informou que

---

<sup>11</sup> ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, Registo Geral de Presos, Livro 67, Biografia Prisional de Mateo Tuñón Albertos.

<sup>12</sup> Juan Company Rodriguez, filho de Juan Company Guimenez e de Dolores Rodriguez Marin, nasceu em Almeria a 12 de outubro de 1910 e exerceu a profissão de industrial. Foi detido pela PVDE a 10 de maio de 1941 para averiguações e foi conduzido à cadeia do Aljube, onde permaneceu até 19 de junho do mesmo ano, data em que embarcou no vapor *São Tomé* com destino ao México. (ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, Registo Geral de Presos, Livro 67, Biografia Prisional de Juan Company Rodriguez).

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

as autoridades portuguesas mantinham os refugiados espanhóis na cadeia de Moura, sendo os «vermelhos» entregues à polícia política; em Portugal, na localidade de Amareleja, foram auxiliados por dois contrabandistas, em cuja casa ficaram alojados até seguirem para Lisboa, aonde chegaram no dia 20 de abril de 1941 (Tuñón Albertos, 2010: 92-94).

Em Portugal, frequentemente os refugiados procuravam estabelecer contacto com amigos ou conhecidos que já estavam no país. Mateo e Juan pretendiam entrar em contacto com um outro refugiado, Federico Sabater Cid (ou Frederico Salvate Cid), para que este os orientasse no país, e com a embaixada do México. Por intermédio deste indivíduo ficamos a conhecer uma realidade muito comum à maioria dos refugiados, referente à utilização de nomes falsos para dificultar a identificação por parte da polícia. O verdadeiro nome de Federico Sabater Cid era Adolfo Campos, embora em Portugal fosse conhecido por José Maria. Era também recorrente travar-se conhecimento com outros refugiados mediante os contactos desenvolvidos por quem já se encontrava no novo país. Graças a Federico Cid, os recém-chegados a Lisboa estabeleceram contacto com Luíz Dosal Perez e foram elucidados sobre as dificuldades que se colocavam a quem pretendia abandonar o país, sobretudo ao nível da documentação. A primeira ação passava por pedir uma autorização de entrada no México que, ao ser concedida, fazia seguir uma carta para a legação mexicana relativamente a esta situação. Aos olhos das autoridades portuguesas este documento não tinha qualquer validade porque era frequente os refugiados apresentarem-se sem passaporte espanhol, condição essencial para que a polícia política concedesse o necessário «visto». Um outro problema relacionava-se com o facto de não existirem barcos que estabelecessem a ligação direta entre Portugal e o México, o que obrigava a fazer escala em Nova Iorque, pelo que era necessário um «visto» de trânsito passado pelo consulado dos EUA. Mateo e Juan dirigiram-se à legação do México, onde foram informados de que só poderiam embarcar caso o governo mexicano o autorizasse, pelo que era necessário aguardar pela autorização de entrada, e à embaixada inglesa para solicitarem o ingresso na Legião Estrangeira da França Livre e obterem um subsídio de 50 escudos semanais e um passaporte britânico, o que não se verificou, uma vez que foram informados de que não eram aceites nacionais espanhóis (Tuñón Albertos, 2010: 132-137).

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

Por intermédio de Sabater Cid, Mateo Albertos e Juan Company conheceram um português chamado Amílcar Augusto Gil, que os levou até uma pensão localizada na Rua dos Anjos, onde se mantiveram até ao momento da detenção, e dois novos refugiados espanhóis, de apelidos Fábregas e Ventura. Ao fazer uma retrospectiva sobre a sua situação, este refugiado, ilustrando a realidade pela qual passavam muitos outros fugitivos, considerava que era complicada, uma vez que, encontrando-se num país estranho e hostil, não havia sido bem-sucedido em qualquer das ações desenvolvidas e os diplomatas não chegavam a um consenso relativamente aos seus pedidos. Não podendo embarcar, também carecia de dinheiro e de documentação (Tuñón Albertos, 2010: 159).

Com o passar do tempo e sem perspectivas de embarque, os recursos dos refugiados escasseavam e a sua situação em Lisboa tornava-se cada vez mais difícil, pelo que a pensão passou a ser paga pelo português Amílcar Gil e a alimentação tornou-se cada vez mais rara, a que se somava o facto de não poderem trabalhar por não possuírem passaportes. Estes refugiados passaram também a ser auxiliados pela Dona Violante, proprietária da pensão. Foram muitos os passeios que os refugiados fizeram na capital portuguesa, contemplando espaços como o Rossio, a Rua Augusta, a Praça do Comércio e a Avenida da Liberdade, pela qual Mateo tinha um gosto especial, dadas as inúmeras tardes que passou nos bancos à sombra das suas árvores. Para este refugiado, Lisboa era uma cidade limpa que apresentava um carácter mais europeu que Madrid. As conversas que os refugiados mantinham prendiam-se com temas relacionados com as dificuldades passadas em Espanha, com a fuga deste país e com a entrada em Portugal (Tuñón Albertos, 2010: 166).

A situação destes refugiados agravar-se-ia ainda mais a 10 de maio de 1941, quando foram presos pela PVDE. Os primeiros detidos foram Fábregas e Federico Sabater Cid, que, ao envolverem-se numa briga com a polícia, possibilitaram a fuga a Juan. Em sequência, foram também capturados Mateo Tuñón, Juan Company, Amílcar Gil e Dona Violante, que se encontravam na pensão, sendo-lhes pedida a documentação e os espanhóis inquiridos sobre a participação na guerra civil. Levados para uma esquadra, foram acusados de «vermelhos» e «refugiados políticos» e interrogados mediante insultos e maus-tratos, ficando impossibilitados de contactar entre si. Mateo Tuñón Albertos foi interrogado sobre: a profissão que tivera em Espanha, o percurso feito até chegar a Portugal, os contactos que tinha no país, as pessoas que o haviam ajudado, os motivos

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

que o levaram a sair para o país vizinho e o conhecimento que tinha sobre outros refugiados em Portugal. Este refugiado considerava-se um «vermelho por geografia», visto que, encontrando-se numa zona dominada pelos republicanos quando se iniciou o conflito, foi mobilizado para as fileiras republicanas e passou a ser considerado «vermelho». Uma vez que já não podia trabalhar em Espanha, o objetivo passou a ser sair para o México através de Portugal, visto como a única saída de uma Europa em guerra. Mateo ficou detido numa esquadra em regime de incomunicabilidade, onde, ao contrário do aspeto da cela, as refeições lhe causaram boa impressão (Tuñón Albertos, 2010: 190-195).

Durante o tempo em que permaneceu detido, Mateo travou conhecimento com um guarda que demonstrava simpatias para com os republicanos espanhóis e, geralmente, as tardes eram passadas com uma sesta a seguir ao almoço e com passeios no interior da masmorra, sendo as noites, por norma, mal dormidas. Por vezes os refugiados saíam das prisões para serem submetidos a novos interrogatórios. Numa dessas ocasiões, ao ser questionado sobre a forma como pensava sair de Portugal, Mateo respondeu que os refugiados acreditavam que a legação mexicana seria capaz de conseguir a autorização do governo português para embarcar rapidamente. No final deste interrogatório este refugiado foi informado de que chegara ao fim o regime de incomunicabilidade, pelo que foi transferido para uma nova esquadra na companhia de Álvaro Collantes Diaz e Clemente Cruzado García. Mateo Albertos verificou que neste novo espaço as condições de alojamento também não eram as melhores, exemplificando com o facto de na primeira noite terem dormido 20 presos numa cela com cerca de 15 metros quadrados. Em virtude da sobrelotação da cela, os lugares destinados a dormir eram ocupados consoante a antiguidade, razão pela qual quem chegava de novo tinha de aguardar que os mais antigos saíssem para poderem ocupar, primeiro, o chão, e posteriormente, a plataforma de madeira. Mateo partilhou a nova cela com pessoas de várias nacionalidades, como gregos, chilenos, estonianos e portugueses, o que acabou por dar um carácter cosmopolita ao espaço, mostrando-se particularmente interessado em conhecer as suas histórias de vida e a forma como haviam chegado a Portugal (Tuñón Albertos, 2010: 222-225).

Ressalve-se que alguns destes refugiados afirmavam ser de outra nacionalidade que não a espanhola para enganarem a polícia portuguesa e evitarem ser devolvidos às autoridades franquistas. Empenhados em sair do país, estes refugiados, a partir da prisão

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

escreveram algumas cartas a várias pessoas com quem Clemente García, jornalista de profissão, mantinha um bom relacionamento, e acreditavam que pudessem interceder junto de Salazar em seu favor, nomeadamente António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, e o embaixador do México, Juan Manuel Álvarez del Castillo. Passados cerca de nove meses, Clemente García recebeu a autorização de entrada no México e, ao fim de um mês, também Mateo Tuñón e Juan Company receberam as respetivas autorizações, assim como o dinheiro enviado pela JARE. Em virtude das diligências tomadas para embarcar para o México, estes refugiados eram frequentemente visitados na prisão, nomeadamente pelos *Quakers*, uma organização de auxílio aos refugiados que, acreditando que todos os refugiados espanhóis que ali se encontravam eram jornalistas, acordou ajudá-los por intermédio da embaixada americana, e por Roberto Pedroso das Neves, redator no periódico *O Século*, que servira de intermediário em alguma correspondência trocada (Tuñón Albertos, 2010: 241-242).

A vida destes refugiados na prisão era angustiante, permanecendo na incerteza de poderem embarcar ou de serem entregues às autoridades espanholas, navegando entre a esperança e a desilusão, uma vez que num momento recebiam a notícia de que poderiam seguir viagem e no outro eram informados de que Salazar não autorizava. No dia 18 de junho, Mateo Tuñón Albertos, Álvaro Collantes Díaz e Clemente Cruzado foram conduzidos até à sede da PVDE, local onde já se encontrava Juan Company, sendo-lhes comunicado de que poderiam sair do país. Para Mateo este facto significou uma vitória sobre Franco, sobre Salazar e sobre o fascismo na sua generalidade. Entre a documentação que lhes foi trazida por um funcionário da legação mexicana para poderem embarcar contavam-se os «vistos» da polícia e uma carta do embaixador do México para o chefe da povoação de Salina Cruz para que fosse facilitado o embarque desta localidade para aquele país, assim como algum dinheiro para a viagem. Mateo recordou que sentiu um enorme contentamento ao subir para o barco, uma vez que seria a última vez que se encontraria numa terra onde vigorava o fascismo. Existiam dois camarotes no barco, um dos quais foi ocupado por Mateo e por Juan, ao passo que os restantes companheiros de viagem ficaram no outro, entregando a Córdova, o diplomata mexicano que lhes havia trazido a documentação, uma carta de agradecimento ao embaixador do México por todos os esforços desenvolvidos para que pudessem embarcar. Ao iniciarem a viagem, Mateo e os companheiros avistaram a prisão do Aljube, onde ainda se encontravam detidos alguns

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

refugiados, nomeadamente Fábregas e Federico Sabater Cid. A travessia até ao México realizou-se sem incidentes de registo, exceção feita a alguns conflitos que ocorreram em virtude de divergências políticas entre os presentes (Tuñón Albertos, 2010: 276-281).

A experiência de Mateo Tuñón Albertos em Portugal serve de exemplo para o que foi a realidade de tantos outros refugiados, espanhóis e não só, que optaram por Portugal enquanto espaço de refúgio temporário na sua senda para chegar à América. Muitos destes fugitivos passaram por dificuldades na maior parte do tempo em que estiveram em Portugal, sobretudo ao nível de dinheiro e de alimentação, a que se juntavam os enormes problemas que sentiam no processo de obtenção da documentação necessária para abandonarem o país.

Era também prática comum os refugiados saírem de Espanha com a perspetiva de que alguém os ajudaria no novo país, quer fossem espanhóis legalmente residentes em Portugal, outros refugiados espanhóis que já haviam fugido e estabelecido algumas relações, portugueses simpatizantes com a causa republicana e opositores aos autoritarismos, portugueses que prestavam ajuda por uma questão de solidariedade ou as próprias legações e embaixadas dos países estrangeiros com representação diplomática no país. Contudo, como ilustra o caso de Mateo Tuñón, muitas vezes a realidade encontrada em Portugal não correspondia às expectativas criadas pelos refugiados, pelo que passavam por enormes dificuldades, carecendo de dinheiro para a própria sobrevivência e para deixarem o país, agravadas pelas muitas questões burocráticas relacionadas com o processo de saída de Portugal.

O relato que aqui se apresenta da passagem de Mateo Tuñón Albertos por Portugal resulta das suas memórias, terminadas de escrever em setembro de 1942, já no México, compiladas pela neta, testemunhando a presença de refugiados espanhóis em Portugal no pós-guerra civil espanhola e no contexto da II Guerra Mundial e salientando, entre outros aspetos, as duras condições de vida nas prisões portuguesas e a atuação da legação do México no processo de saída destes fugitivos do país.

## **Conclusão**

Demonstra-se com este texto que o desenrolar da guerra civil e a consequente instituição do regime franquista em Espanha conduziram à fuga de inúmeros espanhóis para Portugal, estivessem ou não comprometidos politicamente. Aqui encontraram um

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

governo adverso a estrangeiros que pretendiam entrar no país a título definitivo, sobretudo quando se tratava de elementos suspeitos de serem simpatizantes comunistas. No contexto da Guerra Civil de Espanha, muitos refugiados foram perseguidos pelas autoridades portuguesas e entregues às tropas franquistas. Outros conseguiram iludir a rede de vigilância fronteiriça estabelecida pelo regime salazarista e entraram no país, acabando, contudo, por ser detidos e concentrados nos estabelecimentos prisionais portugueses, como o Aljube, o Forte de Caxias, o Forte de São Julião da Barra e o Forte da Graça. Em resultado de pressões internacionais relativamente ao tratamento que estava a ser dado a estes fugitivos por parte do regime salazarista, cerca de 1.500 espanhóis, a grande maioria dos quais detida no Forte de Caxias e nos campos de refugiados estabelecidos na região de Barrancos em setembro de 1936, foram repatriados para Tarragona, na Catalunha, nos inícios de outubro. Registaram-se também diversos casos em que os refugiados conseguiram passar despercebidos à vigilância das autoridades portuguesas e mantiveram-se no país durante meses ou anos, contando com o auxílio da população local, que também sofreu a repressão do regime salazarista, e de alguns espanhóis já estabelecidos em Portugal.

Um dos grandes objetivos dos refugiados que fugiam para Portugal prendia-se com a possibilidade de poderem embarcar para a América Latina, especialmente para o México, um dos poucos países que se dispôs a acolher refugiados republicanos, onde esperavam encontrar maiores facilidades, nomeadamente ao nível da língua e da cultura, a que acrescia o facto de aí já estarem a residir familiares e amigos. Mateo Tuñón Albertos foi um destes casos. Chegado a Portugal já depois de terminada a guerra civil e no contexto da II Guerra Mundial, quando a circulação de pessoas entre países se mostrava cada vez mais complicada, viveu a realidade do refúgio no país vizinho, que foi partilhada com tantos outros concidadãos, embora a sorte tenha sido diferente em muitos casos. Enquanto uns conseguiram salvar a vida através de Portugal, muitos acabaram por conhecer a morte após terem fugido para este país e serem devolvidos a Espanha. Recordar a experiência de Mateo Tuñón ajuda a compreender muitas das dificuldades que se colocavam aos refugiados na sua aventura pelo estrangeiro em fuga da repressão franquista. O facto de as autoridades portuguesas suspeitarem das simpatias comunistas dos refugiados tornava bastante difícil a sua entrada no país, constituindo motivo suficiente para serem entregues às tropas franquistas. Estas acusações foram feitas a

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

Mateo Tuñón Albertos e aos seus companheiros no decorrer dos interrogatórios, realizados sob tortura e maus tratos. Este e outros refugiados experienciaram ainda as duras condições de vida das prisões portuguesas, sobretudo ao nível da sobrelotação.

Por outro lado, as condições de vida dos refugiados em Portugal antes de serem detidos eram igualmente difíceis, quando não dispunham de dinheiro nem de contactos que lhes pudessem valer no novo país. Como atesta o exemplo de Mateo Tuñón, a fome foi um dos grandes problemas que assolou os refugiados em terras lusitanas, a que se juntou a angústia de não conseguirem obter apoios e a incerteza quanto ao futuro, uma vez que as garantias relativamente ao embarque eram mínimas ou inexistentes. Este embarque estava dependente de diversos fatores, nomeadamente da autorização do país de acolhimento, da documentação possuída pelo indivíduo em questão, da disponibilidade do meio de transporte marítimo e do parecer favorável de Salazar.

Especialmente importante na saída de refugiados de Portugal com destino ao México foi a legação mexicana em representação neste país, onde atuava como intermediária entre os refugiados, o governo mexicano e o governo português. Um dos principais problemas que se colocavam aos refugiados no processo de saída de Portugal era a escassez de documentação legal, uma vez que em muitas situações a entrada no país era realizada de forma clandestina. Para esta situação contribuiu também o facto de, em virtude da perseguição de que eram alvo, os refugiados estarem obrigados a abandonar o país de origem de forma apressada, muitas vezes trazendo consigo apenas a roupa que na altura tinham no corpo.

A angústia e a desilusão foram dois dos principais sentimentos que marcaram a passagem de refugiados por Portugal entre 1936 e 1945, uma vez que se mostravam desprovidos de posses e revelavam enormes dificuldades em encontrar apoios junto dos contactos que julgavam ser seguros, a que acrescia o receio de poderem ser entregues às autoridades franquistas. Muitas vezes, estes refugiados já tinham conhecimento de algumas destas dificuldades ainda antes de entrarem em Portugal, sabendo também que aqui encontrariam um regime semelhante ao espanhol de que procuravam fugir, o que, contudo, não desmotivou o desejo de ultrapassar a fronteira, visto como única alternativa à morte certa.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

### **Bibliografia:**

CANDEIAS, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CUNHA, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Dom Quixote.

DELGADO, Iva (1980), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

DREYFUS-ARMAND, Geneviève (2000), *El exilio republicano en Francia*, Barcelona, Editorial Critica.

FARIA, Fábio (2017), “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha”, *Revista Portuguesa de História*, 48, Coimbra, pp. 61-84.

GODINHO, Paula (2011), *Oír o Galo Cantar Dúas Veces. Identificacións Locais, Culturas das Marxes e Construción de Nacións na Fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprensa da Deputación.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1993), “La política del bloque ibérico: las relaciones hispano-portuguesas (1936-1949)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tome 29-3, Epoque contemporaine, pp. 175-201.

LANERO TÁBOAS, Daniel; MIGUEZ MACHO, Antonio; RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel (2009), “La raia galaico-portuguesa en tempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de fronteira en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”, in Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coords.), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, pp. 57-87.

LOPES, Moisés Alexandre (2017), *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938). O caso de Elvas*, Dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

NEVES, Mário (1985), *A chacina de Badajoz*, Lisboa, O Jornal.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel; CAGIAO VILA, Pilar (eds.) (2006), *O Exilio Galego de 1936: política, sociedade, itinerarios*, Corunha, Edicions do Castro.

OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

OLIVEIRA, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

ORTUÑO MARTÍNEZ, Bárbara (2010), *El exilio y la emigración española de posguerra en Buenos Aires, 1936-1956*, Tesis Doctorales, Alicante, Universidad de Alicante.

PENA RODRÍGUEZ, ALBERTO (2017), *Salazar y el Fascismo Español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1939)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

PIRES, João Carlos Urbano (1997), *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

RIBEIRO, Maria da Conceição (1995), *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

RODRIGUES, Luís Nuno (1996), *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel (2011), “La condición de refugiados: gallegos en Portugal durante la guerra civil y la posguerra”, in *Conferência Nuevos horizontes del pasado: culturas políticas, identidades y formas de representación*, Cantabria.

ROSAS, Fernando (2015), *Salazar e o poder – A arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-china.

ROSAS, Fernando (2019), *Salazar e os fascismos*, Lisboa, Tinta-da-china.

SCHWARZSTEIN, Dora (2001), *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*, Barcelona, Editorial Critica.

SIMÕES, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2010), *O Estado Novo de Salazar*, Alfragide, Leya.

TUÑÓN ALBERTOS, Mateo (2010), *Hacia la libertad*, Lérida, Editorial Milenio.

VAQUINHAS, Irene (2015), “Huyendo de la Guerra Civil: Los Refugiados Españoles en Figueira da Foz (1936-1939)”, *Pensar con la Historia desde el siglo XXI, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, Madrid, UAM Ediciones, pp. 4833-4856.

VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio (2016), “Gilberto Bosques y la huida de republicanos españoles por Portugal, 1946-1949”, *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n.º 52, Instituto de Investigaciones Históricas, UNAM, pp.108-125.

Fábio Alexandre Faria - *De Espanha ao México. A passagem de refugiados por Portugal no contexto da Guerra Civil de Espanha: o caso de Mateos Tuñón Albertos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 181-200. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10\\_2e4](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e4)

VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio (2017), “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”, *Hispania*, vol. LXXVII, n°. 257, pp. 857-883.